

A CONSTRUÇÃO DA CRÍTICA EDUCATIVA EM UMA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

THE EDUCATIONAL CRITICAL CONSTRUCTION IN THE CONSERVATION AREA IN THE BRAZILIAN AMAZON

Roble Carlos Tenório Moraes¹

Elie do Carmo Pompeu²

Sara Francisca Corrêa Dias Ramos³

RESUMO

Este trabalho apresenta-se com a temática da Educação Ambiental (EA) em Área Protegida, com ângulos de análises nas Escolas da Vila de Anilzinho e Joana Peres, que estão localizadas na Reserva Extrativista (RESEX) Ipaú-Anilzinho no município de Baião, estado do Pará na Amazônia brasileira. Expõem-se enquanto pesquisa a EA presente na percepção dos sujeitos educadores das escolas, como instrumento de mediação pedagógica e sociabilidade ambiental. Este trabalho sintetiza algumas questões de análise crítica acerca de questões ambientais construídas em trabalhos realizados pelos pesquisadores entre os anos de 2015 a 2018. A metodologia foi produzida por meio de revisão bibliográfica e entrevistas semiestruturadas, tendo como método de referência o materialismo histórico-dialético e, como técnica de interpretação de dados a análise de conteúdo. Os resultados apontaram que os sujeitos no contexto das escolas apresentam pouco conhecimento da institucionalização da Política de Educação Ambiental brasileira e apesar da EA fazer parte da consciência social dos sujeitos educadores das escolas, estes, não tem promovido aprofundamento teórico-prático e esclarecimentos quanto à constituição da reserva e outros recursos para produzir avanços na realidade socioambiental das escolas de Anilzinho e Joana Peres.

Palavras-chave: Educação Ambiental. Mediação Pedagógica. Política Pública. RESEX.

1 Doutorado em andamento em Educação, Universidade de Brasília, UnB. Mestre em Educação pela Universidade Federal do Pará, UFPA, Brasil. roblectm@gmail.com / <http://orcid.org/0000-0003-0347-8766>

2 Mestrado em andamento em Educacao. Universidade Federal do Pará, UFPA. Graduação em Pedagogia. Universidade Federal do Pará, UFPA, Brasil. elielufpa@gmail.com

3 Professora Prefeitura Municipal de Baião, PMBAIÃO, Brasil. Mestrado profissional em andamento em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local da Amazônia. Universidade Federal do Pará, UFPA. Graduação em PEDAGOGIA. FACULDADE VASCONCELLOS & SOUZA. sararamosbaiao@gmail.com

ABSTRACT

This work presents the theme of Environmental Education (EA) in Protected Area, with analysis angles in the Schools of the Village of Anilzinho and Joana Peres, located in Extractive Reserve (RESEX) Ipaú-Anilzinho in the municipality of Baião, state of Pará, in the Brazilian Amazon. They are exposed as a research of the present EA in the perception of the subjects educators of the schools, as an instrument of pedagogical mediation and environmental sociability. This work synthesizes some critical analysis questions about environmental issues constructed in works carried out by the researchers between the years 2015 to 2017. The methodology was produced through a bibliographical review and semi-structured interviews, using as reference method historical-dialectical materialism and, such as data interpretation technique to content analysis. The results pointed out that the subjects in the context of the schools have little knowledge of the institutionalization of the Environmental Education Policy and although EA is part of the social conscience of the educating subjects of the schools, these have not promoted theoretical-practical deepening and clarifications regarding the constitution of the reserve and other resources to produce advances in the socio-environmental reality of the schools of Anilzinho and Joana Peres.

Keywords: Environmental Education. Pedagogical Mediation. Public policy. RESEX.

1. NOTAS INTRODUTÓRIAS

O texto desenvolvido apresenta uma síntese sobre as pesquisas desenvolvidas sobre Educação Ambiental (EA) a partir de sujeitos educadores das escolas das comunidades rurais de Anilzinho e Joana Peres: Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental de Anilzinho e a Escola Municipal de Ensino fundamental de Joana Peres, ambas pertencentes a Reserva Extrativista (RESEX) Ipaú-Anilzinho⁴, situada no município de Baião no Estado do Pará.

Este trabalho se fundou, logicamente, no desafio que se instaura para o campo da consciência socioambiental pensar a execução de um projeto sócio-educacional para contextos em

4 Conceitualmente a RESEX é uma categoria de UC, de domínio público, de uso por populações que praticam atividades extrativistas tradicionais, assim como, desenvolvem a sua subsistência através da realização da coleta de matéria-prima da floresta, caça e pesca artesanal e da agricultura familiar. (BRASIL, SNUC, 2000).

que a vida humana e da natureza sentem-se impactadas por contradições sócio-históricas. Então, pensando na situação em que a EA precisa ser revista como objeto de crítica e instrumento de transformação, buscou-se construir a pesquisa em que o contexto de análise é propício para discussões que fortaleçam o campo da EA para que princípios que regem as RESEX venham a se concretizar.

Em formulação de Costa (2014) voltada a reservas extrativistas observa-se que ainda é muito evidente a falta de esclarecimentos, formação, educação quanto a sustentabilidade a partir da criação das RESEX. Em análise dissertativa de Moraes (2016) sobre EA na reserva extrativista Ipaú-Anilzinho, tomando como foco a atuação do ICMBio como gestor dessas áreas, observa-se que algumas iniciativas têm sido propostas no campo da EA, porém o papel deste órgão se atém na fiscalização e atuação em outras questões que se limitam ao currículo formal das escolas da área.

Assim, na formulação da metodologia procede-se com exposição dos resultados a qual chega o estudo sob da EA na EMEIF de Anilzinho e EMEF de Joana Peres através da percepção dos sujeitos educadores e dos conteúdos gerados e interpretados em análise de conteúdo.

1.1 Lócus da pesquisa e as contradições histórico-ambientais na criação da RESEX Ipaú-Anilzinho em Baião no Estado do Pará

Inferido sobre o lócus da pesquisa e os espaços de construção analítica dos dados, concentrou-se nas escolas das comunidades de Anilzinho e de Joana Peres, que foram tomadas para essa pesquisa. Quanto a delimitação, adentrou-se ao momento histórico que impulsionou a construção da RESEX Ipaú-Anilzinho sob liderança de movimentos sociais e de moradores das comunidades de Anilzinho e Joana Peres na busca de garantir a permanência em uma área localizada as margens da rodovia Transcarnetá (PA-156, a 70 Km de Tucuruí), conhecida, num primeiro instante, como, área de servidão pública, e, posteriormente, com o "Conflito do Anilzinho" em 1979 desencadeou um movimento que resultou na criação da RESEX Ipaú-Anilzinho no município de Baião em 2005.

Mapa 01: Localização da RESEX Ipaú-Anilzinho no município de Baião/PA



Fonte: RESEX Ipaú-Anilzinho: CNUC (2011). Imagem ilustrativa vetorizada e criada em CorelDRAW X7. TENÓRIO. R. C. M. (2017).

A RESEX Ipaú-Anilzinho detém uma área de 55.816,10 hectares e abrange seis comunidades: Joana Peres, Anilzinho, Xininga, Lucas, Espírito Santo e Fé em Deus. Todas apresentam características culturais, étnicas e sociais diferenciadas em função de suas ascendências étnicas.

Fundada em 1694, a cidade de Baião está localizada na mesorregião Nordeste Paraense ou Baixo Tocantins na microrregião de Cametá. Distante (em linha reta) a 204 km da capital do estado Belém. Ocupa uma área de 3.758, 273 km². Limita-se ao Norte com o município de Mocajuba, a Leste com o município de Moju, ao Sul com os municípios de Tucuruí e Breu Branco e a Oeste com os municípios de Oeiras do Pará, Bagre, Portel e Pacajá. Apresenta uma população de 38.092 habitantes, com densidade populacional de 10,14 hab./Km². Sua população urbana é de 18.555 e a rural de 19.537 habitantes. (PARÁ, 2014).

O município de Baião é dividido ao meio pelo rio Tocantins, no sentido norte-sul. Para este rio convergem algumas drenagens de pequeno porte com destaque para o rio Joana Peres e seu afluente rio Anilzinho, ficando a sua hidrografia praticamente restrita aos furos e braços de rios que se encontram nas ilhas formadas pelo Tocantins.

Em 06/11/2001 após manifestação através do abaixo assinado de 29/10/2001 junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e ao Ministério do Meio Ambiente (MMA) – vistorias técnicas se deram através do Centro Nacional de Populações Tradicionais (CNPT) e IBAMA. Como os resultados dessa vistoria indicavam a existência de um espaço pequeno para a construção da RESEX, a solução foi ampliar para outras dimensões e, então, através de audiência pública ficou consolidada a criação desta, junto a Secretaria do Patrimônio da União. Assim, no ano de 2002, após estudo de caráter socioeconômico e biológico pelo CNPT e proposta de ampliação para outras comunidades como Joana Peres, a RESEX passa a ser aprovada para criação (FIGUEREDO, 2014).

Com a criação da RESEX Ipaú-Anilzinho observou-se que renova a possibilidade da garantia da existência de comunidades tradicionais com direito a terra e, no sentido de outras conquistas adentram a materialização no que se propõe a RESEX enquanto proposta e proposição de políticas para a consolidação de fato, pois o que se observa até o presente momento é a tentativa de atender a uma relação primeira do homem em se relacionar com a natureza e com a sua sobrevivência, mas com muitos problemas para garantir uma organização social que por hora caminha sobre os avanços da sociedade moderna.

2. OS CAMINHOS METODOLÓGICOS PARA CONSTRUÇÃO DE DADOS E FORMULAÇÕES ANALÍTICAS DA PESQUISA

Buscou-se adentrar a perspectiva da educação crítica como referência ao posicionamento adotado quanto à escolha do materialismo histórico-dialético, enquanto orientação de método de análise e instrumento de construção ao caminho metodológico da pesquisa que possibilitou descrever quanto suas etapas e interpretação dos dados baseada na técnica da análise do conteúdo.

O estudo, ao se sustentar na educação por viés crítico, buscou-se adentrar em algumas conceituações como a evidenciada por estudo de Mészáros (2008), onde, busca-se transpor a educação para além do capital.

Assim, Mészáros (2008) nos ensina que a educação tem papel determinante no sentido de elaborar “estratégias apropriadas e

adequadas” de combate à reprodução pela formação política dos indivíduos e de processos educativos com fins emancipatórios. Por esse motivo, atenta-se para o envolvimento da EA com as relações empíricas necessárias a leitura do movimento teórico exigido pelo pensamento histórico-dialético.

A pesquisa se portou por uma busca em produções acadêmicas que envolvessem a temática da “Educação em Reservas Extrativistas” e, nesse sentido, adentrou-se em algumas produções, como, de Costa (2014) e Moraes (2016), proporcionando elementos para proceder em abstrações e no afinamento das discussões no campo da EA centrada nos sujeitos educadores e nas relações com contexto escolar das comunidades de Anilzinho e Joana Peres.

Para a escolha das escolas nessas comunidades, levou-se em consideração informações do estudo de Sena (2010), Silva (2016), Figueiredo (2014) que revelam sobre a comunidade de Anilzinho ter dado iniciativa na criação da RESEX Ipaú-Anilzinho, ser constituída a partir de populações tradicionais (quilombolas) e responsável pelo movimento sociopolítico que envolve a institucionalização dessa RESEX. Quanto à comunidade de Joana Peres, por deter características similares à primeira comunidade e demonstrar no estudo de Sena (2010), preocupações de caráter ambiental através de projeto de EA elaborado por alunos com auxílio de professores para preservar uma área de castanhal dentro da comunidade.

Partindo para produção de dados de campo as estadas na RESEX ocorreram desde maio de 2015 a dezembro de 2018. Esses momentos foram concretizados através de observação sobre o *lôcus* da pesquisa com aprendizagens sobre a dinâmica das comunidades de Joana Peres e Anilzinho e o contato com as lideranças comunitárias assim que de início proporcionou aproximação com alguns educadores, como, vice-diretor, supervisor, professor, etc. das comunidades. Mensuramos que trata-se neste trabalho de focar na construção da pesquisa pelo recorte da EA nas escolas dessas comunidades.

Outras fases das incursões compuseram a produção de dados específicos para a coleta de entrevistas junto aos sujeitos, buscados com informantes os materiais necessários a análise de conteúdo da pesquisa. Quanto a representatividade dos informantes considerou-se a condição de sujeitos educadores e o envolvimento com o contexto da RESEX, por exemplo, exercer a condição de residente na RESEX, pelos quais se atendeu o papel de observar a dinâmica da EA na

historicidade das escolas de Anilzinho e Joana Peres e as dificuldades para se avançar a uma concepção por viés crítico.

Com isso, buscou-se fazer uso da entrevista semiestruturada como instrumento de coleta de dados e pela construção de um roteiro de perguntas usadas para direcionar os assuntos a serem tratados com os informantes. Tal procedimento levou em consideração Triviños (1987), quanto a utilização de perguntas e respostas para entrar em contato com a percepção social dos sujeitos, assim como, pela possibilidade de novos questionamentos criados pela interação com as respostas dos informantes.

Sobre a dinâmica da análise de conteúdo, um dos autores tomados como referência foi Chizzotti (1995) que considera tratar-se de um procedimento, uma técnica, que permite ao pesquisador organizar suas informações coletadas em unidades menores, no caso da pesquisa, buscou-se organizar em unidades temáticas para então identificar categorias de análise empírica.

3. A CONSTRUÇÃO DA CRÍTICA DA EA NA RESERVA IPAÚ-ANILZINHO: ELEMENTOS PARA IDENTIFICAR A CRÍTICA DA ANÁLISE DE VONTEÚDO

Tomando como referência Kosik (1976) pode-se observar que a realidade não é o que está a vista ou uma construção que pode ser produzida por nossa intuição, porém, trata-se de algo que precisa ser analisado teoricamente, pois, a realidade, tanto, não pode ser considerada como aquilo que se abstrai fora do mundo ou pelo mundo das atividades prático-sensível, prático-utilitário, são explicadas pelas representações criadas pelo envolvimento do homem com a realidade.

Quanto a essa proposição, toma-se a institucionalização da Política Nacional de Educação Ambiental (Lei nº 9.795 de 27 de abril de 1999), e particularidades, como, no Art. 3º, onde a EA está descrita como um direito de todos e ao poder público a responsabilidade pelas políticas públicas, sem isentar os níveis de ensino e a sociedade no que diz respeito a conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente (BRASIL, Lei nº 9.795/99, Art. 1º).

Dialogando com Azevedo (2004) a orientação é avançar nas mediações possíveis e se aproximar da EA no contexto escolar, onde, se concretizam as políticas, projetos e o modelo educativo no

campo da ação efetiva. A autora está atenta a um olhar para além da aparência. Assim, demonstra evidências de uma chamada de atenção quando faz referência ao esquecimento do papel da escola na concretização de uma política e da complexa cadeia que se monta para que uma política se apresente como um programa de ação, ou seja, que apareça desvinculado da relação de interesses, dominação e poder, existente na essência da política de educação e na sociedade.

Para tanto, como nos sugere Kosik (1976), é preciso que se faça um detour, ou melhor, um desvio, na tentativa de apreender para além da aparência já que pela construção de Azevedo (2004), uma política pública não se resume unicamente em um programa de ação.

Com isso, é importante que se atente para a importância da formulação de um método de aprendizagem. Para Kopinin (1978), ao se buscar abstrair um objeto, pode-se observar que essa relação acontece posterior a um contato sensório-concreto – considerado pelo contato com as entrevistas, neste momento, dos sujeitos considerados como informantes da pesquisa, posterior a essa relação cabe ao pensamento elaborar um ponto de partida (abstrato) – abstrai-se o momento em que a EA ganha o campo como uma política pública – vislumbrando a construção de um ponto de chegada, o encontro de uma relação verdadeiramente concreta (algo novo, substancial) – a EA nas escolas de Anilzinho e Joana Peres.

Procurando adentrar ao conteúdo da EA, se orientando por esses princípios, passa-se a negação da lei n° 9.795/99, pela reprodução dos diferentes momentos de uma política pública, concepção e execução, na argumentação de que a EA que adentra ao campo educativo para promover a “conservação”, “recuperação” e “melhoria” do meio ambiente está endereçada a produzir na instituição escolar o papel de executora de um programa político pronto e acabado.

Adotando como referência essa construção de Kosik (1976) e as discussões de Azevedo (2004), pode-se sugerir que o fenômeno que envolve a essência da EA passa a ser conhecido no momento em que se desvenda o papel da escola.

Buscando sustentação em Frigotto (2006), observa-se que a escola se apresenta por uma relação improdutiva para a sociedade e ao mesmo tempo produtiva para o capital. Nessa leitura, a escola, também tem um objetivo não manifesto, uma essência firmada nas relações capitalistas de produção. O que permite levantar uma

nova ordem de problemas que não está diretamente relacionado a questão financeira, falta de recursos humanos, ou de qualificação profissional, porém, relacionada ao desenvolvimento produtivo, onde, a produção de mercadorias exige dos trabalhadores o domínio dos novos instrumentos de trabalho e, cabendo a escola produzir essa formação.

Então, o que seria a EA a partir das escolas de Anilzinho e Joana Peres? Sabendo-se que para a Política Nacional de Educação Ambiental (lei nº 9.795/99) a EA está formalmente convencionalizada. No artigo 1º, lê-se:

Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade. (BRASIL, 1999, Art. 01).

Pelo desenvolvimento do texto, há uma construção perfeita que poderia até indicar que a EA em vista, tende a trazer para dentro da escola a construção de valores que são contrários ao que tem produzido o capital, por exemplo, com incidência sobre a "individualidade ou a coletividade" comprometida com a "conservação do meio ambiente, sadia qualidade de vida e sustentabilidade", ou, poderia se suscitar a construção de uma EA para abolir com as contradições do capital.

Diante de tal aparência, Guimarães (2011) entende pela ideia de "conservação" uma visão que vê a realidade de forma fragmentada, pobre na diversidade das relações, que se propõe a entender o que é a parte ao invés da totalidade em que as relações se dão de forma complexa. É como se utilizasse uma máquina fotográfica em que se foca determinada parte e abandona outras. Isso tem se aplicado em práticas pedagógicas que se preocupa com o indivíduo em si, para produzir, neste, uma relação de novos comportamentos.

Tomando como referência a realidade pelo materialismo histórico-dialético, cabe aqui levar em consideração que o movimento onde a problemática ambiental se constrói é real e

contraditório. Assim, a consciência ecológica é material e pode refletir na aparência um movimento contrário ao desenvolvimento do capital e assim, torna-se necessário desvendar o que se faz implícito ideologicamente na Lei 9.795/99 da EA.

Para Araújo (2008), a Lei 9.795/99 da EA não tem um interesse comum, mas o envolvimento de diferentes discursos em que um se torna privilegiado, por exemplo, no artigo 1º, onde, formula-se a descrição conceitual da EA ele considera o prevalecimento de ideias conservadoras vindas dos detentores dos meios de produção do capital, como os industriais, agropecuários, defensores de ideias desenvolvimentistas. Ainda somados a estes, vem os “conformistas” ou uma pequena burguesia que tenta se inspirar nos grandes capitalistas e aceitam a questão ambiental sem que esta interfira nas suas possibilidades de ascender socialmente e adquirir a estabilidade financeira (ARAÚJO, 2008).

Passando a dialogar com Marx e Engels (2007, p.50), passa-se a conhecer que se trata de uma regra repetitiva no percurso da sociedade. Desse modo, retoma-se novamente as relações ideológicas em que ideias dominantes devem pairar como autônomas e livres de qualquer relação com o movimento real das transformações históricas. Assim, consideram que essa relação como um processo abstrativo se intensifica a partir do século XVIII, onde eles se atem a seguinte construção:

[...] no tempo em que imperava a aristocracia imperavam os conceitos de honra, fidelidade etc. e que, no tempo em que dominava a burguesia, imperavam os conceitos de liberdade, igualdade etc. [...] os pensamentos dominantes serão cada vez mais abstratos, ou seja, assumirão cada vez mais a forma de universalidade. (MARX e ENGLS, 2007).

Por esta compreensão, observa-se que a Lei que se apresenta para oficializar a EA como uma política pública não tem se apartada, como nos sugere Araújo (2008), de habitus, que parafraseando Marx e Engels (2007) poderia se considerar que no tempo da EA conservadora se impera a universalidade, os conceitos de “desenvolvimento sustentável, sadia qualidade de vida, conservação do meio ambiente, etc.” não na forma como eles nascem, mas na forma como são apropriados pela classe dominante.

3.1 EA nas escolas de Anilzinho e Joana Peres: EA como Educação

Os conteúdos que passam a emergir a partir dos registros, proporcionaram observar uma relação entre EA e consciência ambiental fundamentada em elementos da natureza ou em problemas sobre a natureza. Propõe-se EA enquanto uma área do conhecimento interessada em repensar as ações humanas sobre o meio ambiente, sobre os efeitos alcançados a sociedade, como um contexto para a criação de um processo educativo preocupado com a existência de relações interdependentes, a qual se tem por referência "dos seres humanos entre si (meio social) e destes com a natureza não humana (meio físico-natural)" (QUINTAS, 2004, p116).

Outra percepção se dá pelo reconhecimento da *EA como meio de gerar consciência ambiental*, porém, ainda não se apresenta enquanto instrumento com finalidade objetiva por relações epistemológicas que possa proporcionar fazer uma leitura da realidade enquanto problemática que as escolas, os alunos, as comunidades enfrentam, por outro lado, tem o viés das discussões que toma a EA enquanto proposta de transformação. Trata-se como ideia que pode ser implementada e replicada de um lugar para outro e com isso ganhar efeito de mudanças no plano em que detém a consciência.

Por essa consideração, observa-se que a consciência ambiental dos sujeitos pesquisados tem sustentação forte em uma visão que dá todos os méritos a educação na remoção de problemas, sejam eles ambientais ou não. Isso permite adentrar em outra reflexão que envolve os caminhos percorridos para a EA enquanto possibilidade de se desenvolver uma visão crítica. Saviani (2011) em sua concepção histórico-crítica da educação, busca negar o apego a uma crítica que generaliza o plano prático ao plano teórico, deixando em segundo plano as relações materiais, históricas, em que as relações sociais exigem do plano ideal constantes modificações na criação de uma nova realidade.

3.2 Proposições de EA nas Escolas da Reserva: EA Conservadora, Isolamento dos Educadores e Desorganização Pedagógica

Um dos conteúdos emergidos nessa construção se dá pela utilização da *EA como representação de boas práticas com o meio ambiente* o que subtende não haver um discernimento teórico crítico

sobre a EA que vem sendo formulada e trabalhada nas escolas de Anilzinho e Joana Peres. Então, por uma não compreensão do que tem se evidenciado enquanto tendência em EA, a relação pelo campo teórico mais avançado é substituída pela existência de práticas isoladas de reprodução reiterada de uma EA naturalizada e simbolizada em elementos da natureza.

Por uma análise em Guimarães (2004), essas características remetem a construções processadas pela concepção de EA conservadora em que ao se tomar por base a sociedade moderna, os aspectos a serem atingidos no processo de ensino-aprendizagem tem por relação atingir o desenvolvimento de capacidade cognitiva, utilizando-se de conhecimentos, onde os efeitos esperados são a mudança de comportamento dos indivíduos e a transformação da sociedade. Com isso, observa-se que no plano do conhecimento, a teoria passa sobrepor a prática, o conhecimento se isola da realidade, a disciplinaridade se fecha a transversalidade, o individualismo se fortalece frente a coletividade, a dimensão tecnicista frente a dimensão política, o local se desconecta do global.

Essa postura, então remete a um problema maior, quando não se tem conhecimento da EA como área do conhecimento capaz de pensar um projeto de EA envolvendo a escola, seus membros e a comunidade em que essa se faz presente. Assim, observa-se que de forma isolada as iniciativas passam a acontecer por relações individualizadas. Essa postura quanto a prática da EA nas escolas de Anilzinho e Joana Peres tem incorporado uma *desorientação pedagógica que constitui ausência de planejamento para toda a escola* numa demonstração por não conseguir solucionar problemas básicos na estrutura de seu funcionamento.

Na gestão das escolas públicas, observa-se que o principal desafio está em ir para além das orientações, normas, leis, decretos, resoluções, portarias e ordens de serviços emanadas pelo sistema mantenedor local e pela política educacional do país. Ao construir a perspectiva histórico-crítica, Saviani (2011), propõe elementos para enxergar o envolvimento, a participação, a tomada de decisões, o planejamento e a organização político-didático-pedagógica da escola em um espaço de convivência coletiva e democrática. Porém, apesar do gestor ser orientado a lançar mão do principal instrumento de referência democrática que se faz representado pelo projeto-político-pedagógico, a sua funcionalidade depende do nível de compreensão e

participação dos agentes envolvidos com o funcionamento da escola.

Nesse sentido, se materializa o desafio no que diz respeito a função/ atuação teórico-prática necessários ao bom trabalho do gestor, já que o êxito de reuniões, discussões, análises e reflexões acerca da elaboração/reelaboração do projeto-político-pedagógico (PPP) demanda a proposição de uma *práxis* conjuntamente com docentes, discentes, servidores e a comunidade, perspectivando democratizar o espaço escolar.

Então, se observa que o PPP é essencial para que a EA não aconteça de forma esporádica, assim como, pode-se sugerir que, com discussões mais acentuadas se possa avançar para além de um conteúdo que se considera por uma *redução simbólica sobre o meio ambiente*, em que se evidencia constatações reiteradas e unilateral do que tem sido produzido em EA nas escolas de Anilzinho e Joana Peres. Tais práticas se atrelam a outras questões, como, a *ausência do governo no suporte a EA* que vem se evidenciando em iniciativas individualizadas e na ausência do Estado no suprimento as políticas públicas de EA.

Em suma pela realidade apresentada sobre as práticas de EA até o momento, pensar novas concepções de EA para além das proposições encontradas em ambas as instituições educacionais, pressupõem um novo momento para que a escola possa pensar a execução de plano que envolva a mobilização de toda comunidade escolar envolvida pela construção do PPP e pela união de pensamentos em prol de um único objetivo, orientado por novas discussões em EA.

3.3 Relação Escola, Políticas de EA e Comunidades na Promoção da EA

Tomando o viés das políticas públicas para a EA na RESEX Ipaú-Anilzinho, observa-se que uma das formas a que a EA adentrou ao contexto das escolas de Anilzinho e Joana Peres se deu pela implementação do Programa Mais Educação⁵ executado nas EMEIF de Anilzinho e EMEF de Joana Peres.

No macrocampo envolvendo a EA as atividades são: Educação Ambiental, Desenvolvimento Sustentável e Economia

5 O Programa Mais Educação é operacionalizado pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). (BRASIL. Programa Mais Educação, 2007).

Solidária e Criativa/Educação, Econômica (Educação Financeira e Fiscal) – se configuram com as seguintes atividades: Economia Solidária e Criativa (Educação Financeira e Fiscal); Horta Escola e/ou Comunitária; Jardinagem Escolar; Com Vidas (organização de coletivos pro-meio ambiente); Conservação do Solo e Composteira: (Canteiros Sustentáveis (horta) e/ou Jardinagem; Uso Eficiente da Água e Energia (BRASIL, 2014, p.13-15).

Nos casos das escolas de Anilzinho e Joana Peres, observa-se que a construção de uma horta na escola perpassa por uma justificativa que não adentra ao pensamento de um processo de EA, apesar de nesta atividade estar implícito discussões, como, processos de reeducação alimentar que poderia suscitar envolvimento com a EA.

O Censo Escolar 2014 publicado em 2015 demonstra que houve um quantitativo de 99 participantes em Anilzinho e 129 em Joana Peres, envolvidos com as atividades do macrocampo em que se propõe a EA.

Nesse sentido, observa-se o surgimento de uma política de fora para dentro das escolas para contemplar a EA através de *Iniciativas de EA desvinculada do planejamento da escola*, por outro lado, seu resultado caminhou-se para uma lembrança do passado sem uma preocupação com a continuidade de avanços na promoção da EA para o contexto de ambas as escolas, em Anilzinho e Joana Peres.

O que pode, também, ser justificado pela relação estabelecida no trato das escolas com a EA, apesar dos dados mencionados, um outro momento de *Iniciativa de educação ambiental, com participação da escola e comunidade*, demonstrando uma tendência para articulações, no aspecto mais prático e menos teórico da EA, no sentido do conhecimento a ser didaticamente apreendido como conteúdo formal.

Então, observa-se a falta de uma relação um pouco mais consistente entre escola, EA, comunidade, para *motivar interação com ações de EA entre escola e comunidade*. Para tanto, observa-se a necessidade de um projeto maior, que busque juntar todos os níveis da educação, tendo a escola como protagonista na promoção da EA não somente como forma de produzir envolvimento, porém, capaz de problematizar o meio ambiente com o contexto em que ela está inserida. Algo, para *motivar interação com ações de EA entre escola e comunidade*.

3.4 Dificuldades para uma EA por um Viés Crítico: A Precarização do Trabalho Escolar

Verifica-se pelos dados que o *Educador precisa se educar*. Assim, observa-se que a falta de formação do educador tem implicado na concepção de EA formulada por esses sujeitos. O que provoca para o campo em discussão um repensar sobre a prática até o presente momento vivenciada em EA. Trata-se de um momento de autorreflexão em que se observa que o conceito pode ser ampliado para EA como *sinônimo de vida* o que para essa percepção suscita uma nova concepção de EA.

Esse posicionamento reflete uma compreensão de Carvalho (2004) em que defende a possibilidade de que se possa avançar na construção da EA por um viés crítico, onde, a formação do indivíduo se processe atrelado a sua existência em sociedade, indivíduo e coletividade, movidos em processos interativos e de co-responsabilidade, uns com os outros, ou seja, a produção da responsabilidade com sigo mesmo, com os outros e com o meio ambiente, sem dicotomia ou processo de hierarquização quando da atuação humana.

Outro avanço a ser buscado tem como proposição a EA como *disciplina no currículo*, o qual se considera em disparidade no trato da EA em relação a outras disciplinas como história, geografia, ciência e na construção da EA como uma necessidade de cultura geral.

Isso, também, significa adentrar a um conflito RESEX versus *ideias de contestação*, pois se observa certo descontentamento quanto a existência da RESEX e políticas de sobrevivência que possa ser desenvolvida com atuação do estado, no trato a uma área de RESEX. Realidade não menos adversa nas escolas quando se observa seu funcionamento pela *precarização do trabalho escolar*, e com falta de *recursos materiais*, apoio, implicado para efetivação de práticas de EA, mesmo que sejam pontuais.

4. ALGUMAS CONCLUSÕES DE PESQUISA

Buscou-se analisar neste estudo a EA na sua relação concreta com as escolas das comunidades de Anilzinho e Joana Perez, na RESEX Ipaú-Anilzinho, quando do envolvimento dos sujeitos educadores com a constituição da EA para esse contexto. Assim,

o problema assumido teve por formulação o processamento da EA como relação de sociabilidade voltado ao contexto sócioeducacional das escolas, assim como, o trato dos conhecimentos tradicionais característico do contexto social da RESEX Ipaú-Anilzinho.

Pelo que se discutiu, pode-se considerar um caminho aberto com dificuldades de avanços sobre uma EA crítica, transformadora, emancipatória, proposta por autores como Quintas (2004), quando pensa um outro futuro para a humanidade com a produção de autonomia de grupos subalternos e novas relações para os seres humanos no trato consigo e com a natureza.

Pela perspectiva criada nesse estudo, demonstra que ao debruçar estudos sobre a EA não se obteve frustração ou alguma surpresa incompreendida diante da motivação criada para analisar a EA no campo das UC-RESEX quando não se debruçou em esclarecer algumas problemáticas que tem circundado o campo das questões fundadas na existência de uma crise ambiental e no surgimento dessas instituições como alternativas favoráveis a vencer os problemas que nascem na ordem em que se organiza a sociedade, porém, o que se tem como central é a abrangência da categoria EA enquanto relação teórico-prática como proposta de gestar novos arranjos a realidade socioambiental.

Acredita-se que fazendo dialogar a teoria da EA com as relações histórico-sociais se inaugura um caminho para entender o momento em que esta área do conhecimento poderá potencializar *práxis ambientais* com entendimento de que a realidade existente para as comunidades tradicionais não tem o mesmo sentido ideopolítico proposto pelos avanços da sociedade moderna.

Observa-se que o papel da consciência ambiental dos sujeitos educadores nas escolas de Anilzinho e Joana Peres tem se dado por uma consciência prática, voltada sobre o momento em que se executa atividades descritas para um campo ambiental também prático. Sendo assim, adentra-se ao campo das necessidades de uma nova consciência que se voltar sobre a EA, onde essa não tem um fim em si mesma, porém, detém objetivos e finalidades que precisam ser aprofundados sobre as relações socioambientais.

Nesse sentido, observa-se que a EA não pode ser entendida no seu sentido estritamente crítico, porém, se expande para uma análise histórico-crítica quando se atem as reservas extrativistas por elementos que na sua consolidação organizativa podem servir de

modelo para se pensar um novo momento para a sociedade diante da crise socioambiental instaurada para a sociedade capitalista.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Adalgisa B. de. **Análise do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Lei nº 9.985 de 18/07/2000) e as Implicações para o Turismo**. In: III SETUR (2008). 3ª Semana de Estudos Turísticos, 2008, Ouro Preto/MG. Brasil. 2008.
- AZEVEDO, Janete M. Lins de. **A Educação como Política Pública**. 3 ed. Campinas, SP: Autores associados, 2004.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Brasília/DF, 2000**. (Lei Federal n. 9985, de 18 de julho de 2000).
- BRASIL. Ministério da Educação. **Manual Operacional de Educação Integral**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=15842-manual-operacional-de-educacao-integral-2014&category_slug=junho-2014-pdf&Itemid=30192. Acessado: 01/04/2017.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Dispõe sobre a Educação Ambiental e Institui a Política Nacional de Educação Ambiental e da outras Providências**. (Lei Nº 9.795, de 27 de abril de 1999). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm. Acesso em 04 mai 2016.
- CARVALHO, I. C. M. **Educação Ambiental Crítica: nomes e endereçamentos da educação**. In LAYRARGUES, Philippe Pomier (org.). *Identidades da educação ambiental brasileira*. Brasília: MMA, 2004.
- CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995.
- CNUC. (Brasília, DF). **Mapa Ilustrativo do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza**. (2011). Base cartográfica digital e biomas ano 2004 – IBGE. Imagem de Relevo: GTOPO do U.S. Geological Survey – USGS. Elaborado por: DAP/SBF/MMA, 2011.
- COSTA, Adalberto Portilho. **Políticas Públicas e Desenvolvimento nas RESEX's Verde Para Sempre e Arióca Pruanã – Pará**. 2014. (Tese de Doutorado). Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, UFPA – Belém, 2014.
- FIGUEREDO, Roberto Augusto Alves de. **A Comida Vem da Mata: Aspectos etnoecológicos da caça em uma comunidade quilombola da Reserva Extrativista Ipaú-Anilzinho (Amazônia Brasil)**. 2014. (Dissertação de Mestrado). Pós-Graduação em agricultura amazônicas, Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, UFPA – Belém, 2014.
- FRANCO, M. L. P. B. **Análise de Conteúdo**. 3. ed. Brasília: Líder Livro, 2008.
- FRIGOTTO, G. **A Produtividade da Escola Improdutiva**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- GUIMARÃES, M. **Educação Ambiental Crítica**. In LAYRARGUES, Philippe Pomier (org.). *Identidades da educação ambiental brasileira*. Brasília: MMA, 2004 (p.24-34).
- GUIMARÃES, M. **Armadilha Paradigmática na Educação Ambiental**. In LOUREIRO, C.F.B.; LAYRARGUES, P.P.; CASTRO, R.S.de (orgs.). **Pensamento complexo, dialética e educação ambiental**. São Paulo: Cortez, 2011.

- KOPNIN, Pavel Vassilyevitch. **A Dialética como Lógica e Teoria do Conhecimento**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 1978.
- KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. 2ª ed., São Paulo: Paz e Terra, 1976.
- MARX, Karl. Engels, Friedrich. **A ideologia Alemã**. 3.ed. - São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- MÉSZÁROS, Istivan. **A Educação para Além do Capital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.
- MORAES, Roble. C. T. **As Possibilidades da Inserção da Educação Ambiental em Unidades de Conservação: o caso da Reserva Extrativista “Ipaú-Anilzinho” na Amazônia Tocantina**. 2016. (Dissertação de Mestrado). Pós-Graduação em Educação, UFPA – Belém, 2016.
- MORAES, Roble C. T.; SILVA, Marilena L. **Educação e Gestão Ambiental na RESEX Ipaú-Anilzinho: a construção da sociabilidade por meio de práticas formativas**. In: AVIZ. Larissa de N. C. et. al. (Org.). Educação: Políticas, Cultura e Transdisciplinaridade. 01 ed. Jundiaí/SP: Paco Editorial, 2018, v. 01, p. 217-238.
- PARÁ, Governo do Estado. (2014). **Estatística Municipal – Baião**. Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará – IDESP. Acesso em 02 de dezembro de 2015. Em www.idesp.pa.gov.br/pdf/estatisticaMunicipal/pdf/Baiao.pdf
- QUINTAS, J.S. **Educação no Processo de Gestão Ambiental: uma proposta de educação ambiental transformadora e emancipatória**. In LAYRARGUES, Philippe Pomier (Org.). Identidades da educação ambiental brasileira. Brasília: MMA, 2004, p.113-140.
- SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia Histórico-Crítica: Primeiras aproximações**. 11 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.
- SENA, Maria Baia de. **Conflitos Fundiários e Questões Legais na Reserva Extrativista Ipaú-Anilzinho – Baião (PA)**. 2010. (Especialização em Áreas Protegidas e Unidade de Conservação). Programa Internacional de Formação de Especialista em Desenvolvimentos de Áreas Amazônicas (FIPAN XXIII), UFPA – Belém, 2010.
- SILVA, A. P. **O Vale do Tocantins e a Lei Anilzinho: a Lei dos Posseiros (1961-198)**. 2016. (Dissertação de Mestrado). Pós-Graduação em História Social, UFPA – Belém, 2016.
- TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.
- VÁZQUEZ, A. S. **Filosofia da Práxis**. 1º ed. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de ciencias sociales – CLACSO: São Paulo: Expressão Popular, BRASIL 2007.

Submetido em 3 de Abril 2019
Aceito em 13 de Fevereiro 2020
Publicado em 6 de Março 2020

